

Ladrões assaltam casa da mãe de Flávio Bolsonaro

Criminosos queriam o “dinheiro” do ex-presidente

Por Karoline Cavalcante

Depois que foram divulgadas diversas informações sobre movimentação de dinheiro envolvendo integrantes da família Bolsonaro após nova ação da Polícia Federal, criminosos assaltaram neste domingo (24) a casa onde mora a mãe e os avós do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), um dos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com informações do próprio Flávio em suas redes sociais, os ladrões chegaram à casa de seus familiares, em Resende (RJ), em busca do “dinheiro do Bolsonaro”.

“Como não havia dinheiro, levaram alguns anéis e fugiram roubando o carro do meu avô”, relatou Flávio. “Já tomamos as providências e, se Deus quiser, em breve esses marginais covardes serão encontrados”.

Com o julgamento da Ação Penal nº 2668 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — que investiga a suposta tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022 — marcado para o próximo dia 2, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) enfrenta um novo impasse. Ele e seu filho, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), foram recentemente indiciados pela Polícia Federal no inquérito 4995, que apura ações voltadas à promoção de sanções dos Estados Unidos contra o Brasil.

O ex-chefe do Executivo, atualmente em prisão domiciliar desde o início de agosto, é alvo de uma série de acusações relacionadas à obstrução de investigações e tentativa de interferência no curso do processo judicial. Na última sexta-feira (22), seus advogados apresentaram ao STF uma petição



Ton Molina/STF

Defesa de Bolsonaro contesta descumprimento de medidas cautelares

contestando os indícios reunidos pela PF, alegando falta de elementos que justifiquem o indiciamento e afirmando que as acusações de coação e tentativa de fuga são infundadas.

Fuga?

O documento foi protocolado após o ministro Alexandre de Moraes — relator do caso — determinar um prazo de 48 horas para esclarecimentos sobre supostas violações de ordens judiciais, reincidência em condutas ilícitas e possível intenção de deixar o país. Um dos pontos centrais do recurso trata de um rascunho de pedido de asilo político à Argentina, encontrado no celular de Bolsonaro. A equipe jurídica afirma que o documento, datado de fevereiro de 2024, jamais foi enviado e, portanto, não pode ser considerado evidência de tentativa de fuga.

“Fato é que, com ou sem o rascunho, o ex-presidente não fugiu. Pelo contrário, obede-

ceu a todas as decisões emanadas pela Suprema Corte, inclusive a que o proibia de viajar ao exterior, respondeu à denúncia oferecida, compareceu a todas as audiências, sempre respeitando todas as ordens deste STF”, diz o trecho.

Os advogados também criticaram a inclusão de movimentações bancárias no relatório policial. A PF identificou que Bolsonaro movimentou mais de R\$ 30 milhões em um ano, com destaque para transferências via Pix para familiares. A banca de defesa afirma que os valores têm origem lícita e que as acusações de lavagem de dinheiro carecem de fundamento. “O objetivo é o massacre, a desmoralização. Ou seja, é lawfare — uso estratégico do sistema jurídico para prejudicar um adversário — em curso”, argumentaram.

Contatos

Outro ponto de tensão envolve o uso de aplicativos de

mensagens. A Polícia Federal afirmou que Bolsonaro violou a proibição de se manifestar em redes sociais ao compartilhar mais de 300 vídeos via WhatsApp — o que caracterizaria descumprimento das restrições judiciais. A defesa contesta essa interpretação, alegando que o WhatsApp não pode ser equiparado a uma rede social por se tratar de um “meio de comunicação pessoal”. Segundo os advogados, não há vedação explícita ao uso do aplicativo nas decisões do STF. “Em nenhuma das decisões há qualquer menção ao uso de WhatsApp ou restrição ao envio de mensagens à lista de contatos privados”, diz o texto.

Sobre uma mensagem de SMS recebida por Bolsonaro do general Braga Netto — com quem estava proibido de se comunicar —, os advogados ressaltam que não houve resposta. “A inexistência de resposta é o exato contrário de manter contato.”

Baixa adesão à COP30 aumenta preocupação do governo

Por Gabriela Gallo

Faltando menos de três meses para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30), prevista para 10 de novembro em Belém (PA), somente 47 dos 196 países previstos confirmaram hospedagem para participar. As informações foram divulgadas pela secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, e pelo secretário Extraordinário para a COP 30, Valter Correia. O número é preocupante, pois revela que somente 23,97% dos países esperados para a maior conferência internacional sobre mudanças climáticas confirmou presença até agora.

Para a reportagem, a assessoria de imprensa para a COP 30, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), informou que 39 países reservaram e pagaram suas hospedagens em Belém pela plataforma oficial do governo (Bnetwork) e oito países reservaram e pagaram hospedagens através de outras plataformas. “Mas é importante ressaltar que são 47 países que já pagaram sua hospedagem, e não que confirmaram a participação na COP30 em si. Em relação ao número de delegações, os 196 já manifestaram interesse em participar da COP30 em Belém”, manifestou a comunicação do evento.

Segundo Valter Correia,



Ricardo Stuckert/PR

Construção do parque onde será realizada a COP30

os oito países que realizaram reservas separadamente foram: Egito, Espanha, Portugal, República do Congo, Singapura, Arábia Saudita, Japão e Noruega.

Hospedagem

A baixa confirmação de hospedagem acende um alerta para os organizadores do evento e o público em geral, que temem que o evento não tenha sucesso ou, pelo menos, não do jeito que o governo federal espera.

Ao Correio da Manhã, o professor de Economia do Ibmec Brasília João Gabriel Araújo disse que o risco da conferên-

cia estar vazia em novembro “é muito alto, visto o custo de estadia no Pará”.

“Algumas hospedagens têm se elevado de valores que seguem nas casas dos centenas de milhares de reais. Então, há esse risco de não conseguir fechar os acordos necessários, que serão com referência às mudanças climáticas mundiais”, afirmou o professor. O problema, para a assinatura de acordos, é a possível falta de representatividade internacional pela baixa presença de países.

Dentre os acordos que precisam ser firmados na conferência, ele citou o Tropical Forest

Facility Forever (TFFF), um fundo internacional para a preservação das florestas tropicais, que se abrange para a Amazônia. “A floresta amazônica possui o fundo Amazônia como um mecanismo de preservação, mas o fundo Amazônia não é um fundo que traz retorno financeiro para os investidores. No caso do TFFF, ele tem uma perspectiva de trazer retornos financeiros para os países e os investidores que injetarem dinheiro nessa preservação”, explicou Araújo.

Por outro lado, a reportagem também conversou com o coordenador de Sustentabilidade da BMJ Consultores Felipe Ramaldes, que destacou que, mesmo que as delegações presentes no Brasil sejam menores do que o esperado, as principais lideranças estarão presentes

“A essência do evento está nos negociadores e em parte de lideranças que têm grande influência no processo de negociação. E essas essencialmente vão estar no evento. Existe uma sensação de que essas pessoas têm um compromisso entre si de avançar com esses pontos. Existe um interesse mútuo no avanço desses pontos até porque estamos falando da questão climática, que é um risco global”, disse ao Correio. Ramaldes acredita que mais próximo do evento os preços de hospedagem caiam. Isso aconteceu em eventos anteriores, como em Glasgow, na Escócia.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Ao centro, no jantar, Rueda, Costa Neto e Nogueira

Centrão articula candidato sem esperar Bolsonaro

A perspectiva de condenação e prisão de Jair Bolsonaro acelerou o acordo de uma espécie de Centrão ampliado em torno de uma candidatura ao Planalto que não passe por uma indicação do ex-presidente.

A avaliação é de que Bolsonaro perdeu força e terá que aceitar o que for decidido pelos partidos em troca da promessa de que será anistiado. Se Lula ga-

nhar, vai mofar na cadeia.

As movimentações de dirigentes partidários deste Centrão justificam a irritação de Carlos e Eduardo Bolsonaro ao desancarem governadores de direita. Eles perceberam que havia uma articulação que jogava Jair Bolsonaro para escanteio.

As fotos do jantar de terça-feira passada, em Brasília, mostraram que eles tinham razão.

Acordo

O evento, que reuniu presidentes do União Brasil, PP, PL, Republicanos, PSD e MDB revelou o tamanho das conversas. A linha de passe dos foi retomada na sexta, no Rio, em fórum do grupo Lide. Eles, porém, não querem briga com Bolsonaro, já que precisam de seus votos.

Misturados

Valdemar Costa Neto, do PL, buscou manter as aparências, frisou que caberá a Bolsonaro indicar o candidato do partido. Mas ressaltou: o PL não terá chapa pura. Ele escorregou ao citar o governador de São Paulo entre os do PL (Tarcísio de Freitas é do Republicanos).



Reprodução/YouTube de Silas Malafaia

Candidatura ao Planalto depende do governador

Partidos tentam disfarçar apoio a Tarcísio

Em público, os partidos reforçaram a posição dos seus correligionários que se apresentam para a disputa do Planalto.

Presidente do União, Antonio Rueda se referiu a Ronaldo Caiado, governador de Goiás, que estava no evento, como “nosso pré-candidato”.

O consenso, porém, é de que Tarcísio já foi es-

colhido. A menos, claro, que ele bata pé e decida encerrar a quase certa reeleição para o Palácio dos Bandeirantes.

Nogueira e Caiado insistiram no tema que interessa a Bolsonaro. Ressaltaram que o presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) anistiou militares que tentaram um golpe contra ele.

Vade retro

Por falar no encontro do Lide. Governador de Minas e pré-candidato à Presidência, o cada vez mais bolsonarista Romeu Zema (Novo), tratou de passar bem longe do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, ao deixar o palco, depois de sua palestra.

Diferenças

Ao término de sua fala de meia hora em que defendeu o combate a golpistas, Moraes recebeu aplausos protocolares. Pela manhã, André Mendonça, também do STF, foi aplaudido de pé — ele criticou o “ativismo judicial” e defendeu a autocontenção do Judiciário.

Impresso

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), foi decisivo para que a Comissão de Constituição e Justiça aprovasse a introdução do voto impresso na lei eleitoral: a mudança irá para o plenário. Na última hora, fez um acordo com a senadora Dorinha Seabra (União-TO).

Troca de votos

Ele propôs, e ela aceitou, uma troca de apoios. Dorinha topou votar a favor do voto impresso e Portinho aceitou a proposta de criar uma cota de 20% para mulheres em todas as casas legislativas, com exceção do Senado. A mudança de posição da senadora foi decisiva.